

1

A PESQUISA EM LINGUAGEM OU DA EXPLORAÇÃO DE UM COMPLEXO DISCIPLINAR COM EXIGÊNCIAS METODOLÓGICAS PRÓPRIAS

Maria da Graça Lisboa Castro Pinto

A PESQUISA EM LINGUAGEM OU DA EXPLORAÇÃO DE UM COMPLEXO DISCIPLINAR COM EXIGÊNCIAS METODOLÓGICAS PRÓPRIAS

Maria da Graça Lisboa Castro Pinto²

Nota inicial

Espera-se dos estudantes que, em determinadas etapas do seu percurso acadêmico, mais concretamente a terminar cada grau de ensino superior, apresentem um projeto de pesquisa que, em conformidade com a preparação científica e metodológica que possuem, terá de diferir, por esse motivo e por exigência regulamentada, em profundidade, extensão e originalidade.

De um estudante a finalizar a graduação não se pode impor a apresentação de um projeto de pesquisa, e muito menos a sua efetivação, com características similares às que lhe virão a ser requeridas na pós-graduação: no mestrado e *a fortiori* no doutoramento. Já para não aludir ao que se demanda a quem avança para o pós-doutoramento.

As expectativas face a um estudante de graduação terão de se situar numa fasquia menos elevada posto que este detém menos experiência académica e ainda é um principiante em matéria de pesquisa. Além disso e consolidando o que foi aduzido, não surpreende que o número de meses destinado à elaboração e hipotética execução de um

² Universidade do Porto, UP

projeto de graduação seja significativamente inferior ao estabelecido pelas devidas instâncias para realizar uma dissertação de mestrado ou uma tese de doutoramento. Prova dessa divergência de duração verifica-se, desde logo, nos cronogramas operacionais que os estudantes de cada grau académico devem apresentar.

O cenário gizado não é de forma alguma contra produtor. Antes pelo contrário. Até porque os estudantes de graduação terão de aprender primeiramente como se traça um projeto a fim de depois partirem para fases do seu trabalho em que os ensaios tendentes à sua concretização prevalecem. Ninguém nasce ensinado e o facto de se saber escrever não é sinónimo de se estar apto a cumprir os objetivos de um trabalho universitário. Saber redigir é sem dúvida uma mais-valia. Tal não se põe em causa. Contudo, é bom que se advirta que, na Academia, outros critérios regem o *que* e *como* escrever. Toda uma preparação vai ser indispensável ao estudante a fim de que o resultado final do seu trabalho se compagine com o que é estatuído pela comunidade científica a que aspira vir a pertencer.

A seleção do tópico a tratar

Depois de selecionado o tema a explorar, tarefa primordial para a prossecução imediata da pesquisa, pode o estudante dar início ao rastreio do que já foi explorado na área científica por que optou. Quer isto dizer que se aconselha que um dos primeiros passos a ser dado tenha a ver com a consulta de trabalhos já realizados sobre a temática eleita nos graus académicos listados. Eles servirão com certeza de modelo, quando bem feitos, a quem se inicia no mundo da pesquisa.

Merece um sublinhado especial a vantagem de que se reveste saber sobre o que se deseja pesquisar. Passado esse período, é tempo então de avançar para o projeto de pesquisa conducente ao trabalho académico requerido no grau em causa. Uma vez alcançada essa primeira fase da pesquisa – a decisão sobre o tema –, tudo o que a segue

se desenrola com outra dinâmica. Em contrapartida, quando o assunto a versar tarda a ocorrer ou não ocorre, o que é a todos os títulos negativo, lá terá o estudante de se valer do auxílio do professor que poderá vir a ser o seu orientador ou de temas propostos, no geral por sugestão do coordenador do curso, pelos diferentes docentes do respetivo grau de ensino. Para que o estudante não tenha de esperar por ideias de terceiros, que nem sempre se compaginam com os seus interesses científicos, recomenda-se então que, desde o 1.º ano do grau em que se encontra inscrito, vá fazendo uma listagem das matérias que já foram tratadas na sua área disciplinar em trabalhos académicos anteriores. Possivelmente alguns desses trabalhos já estão disponíveis na internet, outros haverá que terão de ser consultados nas bibliotecas, quer diretamente, quer recorrendo ao empréstimo interbibliotecas. A consulta dessas teses ou dissertações deve também servir para uma familiarização com a forma como se encontram redigidas. A visita a bibliotecas não será muito apelativa para a geração constituída pelos “millennials”. Não obstante, é bom que não se pense que a vida de pesquisador é despojada de espinhos. Há cedências que têm de ser feitas e a ida a bibliotecas poderá ser uma delas para quem se acostumou a ter tudo ao alcance de um toque. E não se julgue que as concessões ficam por aí. O levantamento de dados, no caso dos trabalhos com partes empíricas, é um bom exemplo.

A consulta bibliográfica

A consulta de dissertações e de teses é tanto mais relevante quanto nem sempre são devidamente conhecidos e usados, quando não ignorados, instrumentos neles presentes destinados a avaliar diferentes desempenhos verbais, em óticas neuro/psico/linguísticas, como bem deu nota Ronei Guaresi em comunicação pessoal, e que seriam da maior utilidade para quem está em fase de elaboração de um projeto de pesquisa com uma vertente aplicação. Servem ainda esses instrumentos não só para acostumar os iniciantes ao procedimento a seguir se quiserem vir a construir alguma ferramenta similar, mas também a aprender a aplicá-los.

Atendendo a que a humildade, já para não elencar outras qualidades, deve constituir parte integrante do perfil de um pesquisador, quem dá os primeiros passos nesta arte não se pode coibir de pôr à prova a sua capacidade de mimetismo, leia-se de um mimetismo controlado, de uma planificação por analogia, porquanto importa antes de mais respeitar um *template*, uma estruturação, uma organização da informação a difundir, sem esquecer a ordem interna inerente a um trabalho, seguindo Nwogu (1997) quando se refere ao artigo resultante de uma pesquisa.

O papel do orientador na escolha do tópico a abordar e a importância de um bom relacionamento entre estudante e orientador

No seguimento do aludido em relação à escolha do tema a ser tratado, é de toda a relevância destacar uma condição que contribui para uma boa delimitação do foco da pesquisa por parte do estudante, atendendo a que o tema em causa não deve ser nem vago, nem demasiado abrangente, como para um ambiente de cooperação promissor. Na opinião de Murray (2012), essa condição que tanto consiste na existência de um docente que tenha as qualificações ajustadas para ser orientador, que seja capaz de obter o máximo de quem orienta e que ofereça uma boa relação de trabalho. Adianta ainda o autor que nem sempre é possível escolher o orientador. Quando o orientador é atribuído e não escolhido, enseja-se, como prossegue Murray (2012), que seja possível negociar a situação de orientação ou mudar de orientador em casos extremos. Dita a experiência nestes domínios que a relação entre o orientador e o estudante tem de ser de confiança e de transparência, para além de ter de existir um bom entendimento mútuo, visto que uma orientação não dura um ou dois dias e cada membro da dupla tem de se manter estimulado para uma caminhada, por vezes dura, que pode ser mais ou menos duradoura.

A importância da delimitação do objeto de estudo

Interessa que o estudante que se propõe obter o grau de mestre ou de doutor, neste caso na área disciplinar das Ciências da Linguagem, mais especialmente em temáticas relacionadas com o processamento da linguagem em geral, já tenha decidido que tópico quer estudar para assim poder formular as questões orientadoras e as hipóteses de pesquisa, bem como subseqüentemente partir para a seleção dos participantes e para a concepção do melhor instrumento destinado a avaliar o desempenho verbal com que objetiva alargar os conhecimentos na sua área de eleição.

A delimitação do que se projeta estudar é deveras relevante. Esse primeiro passo evita que haja estudantes que vêm ter com o professor manifestando vontade de estudar, por exemplo, a aquisição da linguagem, já para não mencionar o que se passa quando revelam curiosidade em estudar o discurso dos afásicos ou de quaisquer outros sujeitos com problemas de linguagem oral ou escrita. Uma visão da pesquisa com essa amplitude só pode dar a entender que paira ainda na mente de quem se propõe elaborar um trabalho de pesquisa, independentemente do grau académico, uma vagueza temática denunciadora de um desconhecimento num nível não despidendo do que dele se aguarda. O pesquisador tem de estar consciente da abrangência da linguagem e de quem a usa nas mais diversas circunstâncias, elegendo antes um subsistema linguístico, uma população aleatória particular, o mais homogénea possível, tendo em conta os respetivos dados sociodemográficos ou anamnésicos, e a abordagem que se ajuste melhor ao desenho de estudo que quer traçar.

O conteúdo e a estrutura

Convém que a leitura que acompanha as consultas que vierem a ser feitas seja também canalizada para a forma como os conteúdos são transmitidos ao leitor. Neste

caso, como em tantos outros, no plano do processamento, a leitura ascendente tem de complementar a descendente.

Fez-se referência ao recurso a um *template* e não causaria estranheza que alguns comentassem que dessa forma a criatividade e a originalidade ficariam em causa. A uma objeção deste teor, contra-argumentam Graff e Birkenstein (2010, p. 11) que “creativity and originality lie not in the avoidance of established forms but in the imaginative use of them³”.

Um enquadramento, seja ele de que ordem for, não obstaculiza nem a originalidade, nem a criatividade. Bem pelo contrário. Isto porque é o autor que escolhe os objetivos e as questões metodológicas do seu estudo, que é responsável quer pelo levantamento bibliográfico em função do tema a tratar, quer pelo desenho do estudo, ou seja, pela seleção da população e do instrumento a ser usado a fim de atingir o material a ser analisado. Além disso, os resultados obtidos, que são únicos em função do desenho do estudo traçado, vão também permitir que o autor ponha em evidência a sua criatividade, a sua originalidade e a sua coragem quando estabelece o diálogo entre os dados por si encontrados e a literatura que lhe serviu de suporte, valendo-se, contudo, do uso de uma linguagem modalizada ao tentar retirar lições para o mundo do que encontrou no seu experimento (LIBRA, 2001; HYLAND, 2000, e, para uma leitura crítica acerca do “hedging”, MURRAY, 2012, p. 64-6). Verifica-se assim que não faltam momentos para que o autor seja senhor da sua capacidade de criar e de ser original. Aliás, a imposição ao autor de uma formatação contribui para que, dando azos à sua disciplina mental e à sua imaginação, saiba distinguir bem as secções/capítulos do trabalho em que só deve descrever daqueles em que já lhe é possível interpretar. Trata-se assim de um exercício que, se praticado com alguma frequência, ajuda por certo a combater a

³ “a criatividade e a originalidade não residem no ato de evitar formas estabelecidas, mas no seu uso imaginativo” (Tradução da responsabilidade da autora deste texto.)

dificuldade que alguns estudantes apresentam em diferenciar a descrição da interpretação.

As limitações de um trabalho

Um autor terá de estar consciente, a todos os títulos, das limitações do seu trabalho/artigo. Nesta oportunidade, chama-se apenas a atenção para a fase relacionada com o levantamento bibliográfico que virá a servir de “verdade contextual(izada)” (SKELTON, 1997) ao trabalho que se tem em mãos. Assim, tomando por base uma comunicação pessoal de Francisco Gomes de Matos, a literatura que um leitor/investigador vier a consultar pode ter-lhe mostrado uma ou outra perspectiva do assunto a tratar, mas não todos os enfoques possíveis, tornando o resultado naturalmente parcial. Justifica-se, todavia, uma palavra que tranquilize o pesquisador. Não é possível compulsar tudo o que existe e qualquer trabalho/artigo tem de ser sempre considerado um contributo para um processo em andamento que visa dar a conhecer cada vez melhor a matéria abordada.

As consultas bibliográficas que vierem a ser feitas com vista à realização de qualquer projeto de pesquisa, independentemente do nível, não devem restringir-se à esfera dos trabalhos académicos: teses, dissertações ou projetos de pesquisa apresentados no fim da graduação. Eles são relevantes porque podem configurar o estado da arte no atinente ao que, no caso concreto, tem vindo a ser feito em língua portuguesa em subsistemas linguísticos próximos do que o estudante de pós-graduação ou de graduação projeta explorar. Ademais, uma iniciação à pesquisa inspirada no que foi realizado pelos pares pode ser benéfica numa perspectiva pedagógica – pode até tornar-se um verdadeiro desafio pedagógico –, visto que os futuros/atuais pesquisadores se poderão sentir, enquanto principiantes, mais próximos desses escritos. É inclusive plausível que pensem que, se colegas de anos anteriores alcançaram as metas que se

impuseram, tudo leva a acreditar que eles também as atingirão. Sem embargo, os artigos publicados em periódicos indexados ou em antologias organizadas por especialistas nacionais e estrangeiros que sejam uma referência na área disciplinar ou temática escolhida pelos estudantes não podem ser ignorados ou marginalizados. Configura-se, pois, pertinente deixar claro neste espaço que, nos dias que correm, o domínio da língua inglesa, na qualidade de língua instrumento de trabalho no mundo da ciência, é tudo menos uma competência dispensável. Revela-se, antes, uma necessidade. Não é de forma alguma um luxo. Deveria ser justamente um requisito para quem pretendesse redigir um projeto de pesquisa, que exige por natureza uma ampla busca bibliográfica que passa igualmente pelas publicações em língua inglesa. Pode mesmo avançar-se que não raramente alguns dos instrumentos de avaliação do desempenho verbal existentes em língua portuguesa mais não são do que adaptações ao português de instrumentos criados por especialistas primeiramente para a língua inglesa. Decorre dessa realidade a necessidade de um bom domínio dessa língua.

As facetas da concretização de um projeto de pesquisa

A realização de um projeto de pesquisa traduz, por conseguinte, um processo – nem sempre linear e de imediato gratificante – que requer uma iniciação e que se desenrolará no sentido de outorgar ao estudante os meios que lhe confirmam um “know how” compatível com a de uma pesquisadora caminho ou em vésperas de obter o grau de mestre ou de doutor. Pode ainda acontecer que um estudante venha a sentir depois de transposto o grau de doutor, tal é o estado de júbilo alcançado, um chamamento intenso que o leve a prosseguir a carreira de pesquisador.

O uso do termo “chamamento” poderá parecer demasiado forte para o conteúdo em debate. Acontece, porém, que não é impensável olhar para a pesquisa como se de uma missão se tratasse. Quem abraça esta “profissão” sabe bem que a dedicação ao

trabalho pode não conhecer horários e que não são representativas as contrapartidas financeiras. Será antes movido pelo prazer que sente pelo que está a fazer e pela ideia de vir a encontrar resultados que possam tanto enriquecer a sua área disciplinar como, se esse for o caso, ser de utilidade para a sociedade. E a motivação que o pesquisador tem de possuir para exercer a sua atividade acaba por não ser o motor da sua atuação, mas sim o resultado do interesse, do prazer, do entusiasmo que incute ao seu trabalho.

O seguinte excerto de Murray (2012, p. 163) jaz jus ao que foi aduzido ao realçar a necessidade de o pesquisador escolher um tópico que lhe interesse para poder sentir prazer na execução do projeto que abraçou:

It's generally the case in life that people do well what they enjoy, and this certainly applies to research. It can become difficult to muster motivation for a project and drive it to fruition if you're bored by it and/or if you're doing it purely to meet the requirements of your degree. Try, therefore, to design your research around a topic that you find interesting and the potential findings of which genuinely excite you⁴.

No mundo da ciência, assim como, em geral, na vida, o entusiasmo, a curiosidade e a paixão que se colocam na realização de qualquer trabalho são alavancas imprescindíveis a que este decorra com o sucesso esperado. Não deixa de se destacar a curiosidade, ou seja, o questionamento perante o existente, como pedra angular do avanço do conhecimento. Dessa ponderação não prescinde nenhuma pesquisa, já que se augura que com ela se ultrapasse o existente, que não se fique confinado à mera resolução de problemas, mas antes que sejam sugeridos mais problemas, por meio de

⁴ Na vida, dá-se geralmente o caso de as pessoas fazerem bem aquilo de que gostam, e isto certamente também se aplica à pesquisa. Pode tornar-se difícil ganhar motivação em relação a um projeto e fruí-lo se estiver aborrecido com ele/ou se o estiver a fazer puramente para ir ao encontro dos requisitos do grau. Tente, por isso, traçar um desenho da sua pesquisa em torno de um tópico que ache interessante e cujos potenciais resultados o possam estimular (p. 163). [Tradução da responsabilidade da autora deste texto.]

equacionamentos constantes, para que a ciência avance, pondo à prova a criatividade de quem a executa (MARINO, 1995).

Posto isto, dada a sua profundidade, o pensamento de José Antonio Marino, que foi tomado de empréstimo no parágrafo anterior, merece ser difundido pela pena do próprio autor. Posições face à ciência como a presente legitimam o recurso a mais uma citação, que será decerto bem acolhida pelos destinatários deste texto, uma vez que com a sua leitura sairão sem dúvida mais enriquecidos. Leia-se então esta passagem seminal extraída da obra “Teoria da inteligência criadora” (MARINO, 1995, p. 363):

[...] Desta maneira, o projecto rompe as limitações. Retomemos o exemplo da ciência. O problema ou a pergunta não é ciência, mas sem eles nunca teríamos ampliado o âmbito científico. Nem o problema nem a pergunta são conhecimentos – pelo contrário, são reconhecimentos de ignorância –, mas abrem espaço ao conhecimento, impulsionando o investigador a ir mais além do que aquilo que sabe. A inteligência não é, portanto, a capacidade de resolver problemas, mas antes, e sobretudo, a capacidade de propor problemas. Isto é, para inventar projectos de investigação. Sem esta actividade libertadora, que desequilibra a estabilidade do que é sabido, não teria havido progresso científico.

Após a leitura atenta do trecho de José Antonio Marino, não resulta dúbio que os estudantes que tencionam apresentar/“inventar” projetos de pesquisa se sentirão ainda mais empenhados em fazê-lo porque, dessa forma, participam ativamente no progresso da ciência, com uma incumbência muito singular: a de libertar e desestabilizar o que já se sabe. A responsabilidade é grande, mas compensam risco.

A linguagem como objeto de estudo

A linguagem em todas as suas manifestações e com todas as suas implicações e pressuposições representa, assim se presume, matéria de especial atração para o público-alvo desta obra, organizada em boa hora pelos Professores Vera Wannmacher Pereira e Ronei Guaresi.

A ser assim, deve esse público – estudantes de graduação e de pós-graduação, detentores de diferentes graus académicos, pesquisadores associados a projetos e docentes, na área das Ciências da Linguagem – estar ciente da complexidade que representa a matéria com que trabalham e das exigências inerentes ao seu estudo em sujeitos reais e em situações concretas, estudo esse que não abdica de uma pesquisa empírica, do clássico método experimental (SLAMA-CAZACU, 2007).

Estando em causa sujeitos reais em situações concretas não será surpresa para ninguém que a linguística, ciência normalmente associada à língua/linguagem, se veja a braços, pelo menos, com aspetos psicológicos, neurológicos e sociológicos. Resulta da abordagem a esse objeto, por natureza, plural – a linguagem – a emergência de áreas disciplinares conjuntas: a psicolinguística, a neurolinguística e a sociolinguística, ou inclusive de uma conjugação disciplinar mais complexa que resultaria numa neuropsicossociolinguística. Para tanto seria, porém, aparentemente imperiosa uma formação multifacetada. Um especialista que encarnasse essa visão plural teria de possuir um conhecimento básico em cada uma das quatro áreas científicas.

Não se estão, no entanto, a criar por criar neologismos. Slama-Cazacu, por exemplo, afirma que a “*PL [psicolinguística] propriamente dita*” deveria denominar-se “sócio-psicolinguística” (1979, p. 62), na medida em que tem em conta “a situação da comunicação real, os fatos reais que aí se encontram, as determinantes sociais que aí operam”.

Terá de se ter em mente que foi sempre muito recorrente nos escritos da autora citada o termo/conceito “contexto”, com todos os seus níveis (SLAMA-CAZACU, 1979, p. 52), o que acentua a vertente sócio da PL. Aliás, esse termo/conceito já surge publicado, no início da década de sessenta do século passado, logo no título da obra de Slama-Cazacu, 1961), dada à estampa pela editora Mouton & Co, Publishers (“Langage et Contexte”).

Quanto à PL, esta procura ir às raízes da linguagem e da comunicação, o que implica que adote uma abordagem explicativa que busca ligar os factos da linguagem ao

que de psicológico se encontra envolvido em quem acionaesses processos (SLAMA-CAZACU, 2007). Afinal, estão em causa pessoas reais e não abstratas, sujeitas a todas as variações também no plano das atividades cognitivas.

Já no que concerne a neuro do termo “neuropsicossociolinguístico” anteriormente avançado, a sua presença é, por exemplo, de toda a pertinência seja quando se estudam casos de patologia da linguagem, seja quando o pesquisador é confrontado com o desenvolvimento da linguagem ou com a iniciação à leitura e à escrita. Na prática, não é lógico que se comece a ensinar a ler e a escrever formalmente numa certa idade sem que se questione o que determina essa espera. Algo terá de estar a processar-se cognitiva e neurologicamente para que se justifique que se tenha de aguardar a instalação de um momento, achado ideal, para o ingresso na escola (PINTO, 2017).

A complexidade disciplinar inerente ao estudo da linguagem

Destarte, quem se dedica ao estudo da linguagem não deve ser um especialista com uma “visão de túnel”, designação retomada de Luria (VOCATE, 1987, p. 151), o que ocasiona que este autor sugira que, em função do objeto de estudos e granjeie um conhecimento das várias áreas nele envolvidas.

Prosseguindo na esfera das metáforas, a par de “túnel”, convoca-se nesta ocasião a adotada por Davies (1999, p. 95-6) quando opera a distinção entre Linguística e Linguística Aplicada. Usando, desta feita, o “telescópio”, o autor vê no linguista alguém que segura nesse instrumento com a extremidade mais larga perto dos olhos, o que o faz excluir do seu campo de visão tudo o que não seja linguístico. Já o especialista em linguística aplicada, ao colocar a extremidade mais estreita do telescópio junto da vista, fá-lo observar a linguagem como parte de um todo. Para o autor mencionado, a ótica linguística será laboratorial, enquanto a ótica aplicada já se aproxima do que se passa no

mundo real. Depreende-se sem problema que a extremidade mais estreita do telescópio deve ser aproximada da vista quando se trabalha no domínio do processamento da linguagem oral ou escrita, com todas as implicações já apontadas. Sobressai desta última forma de colocar o telescópio a vantagem de quem observa possuir um conhecimento que não se confina a uma visão monodisciplinar. No estudo da linguagem, quanto mais compreensivo for o conhecimento do pesquisador em matéria de áreas disciplinares de interesse, tanto mais completa será a explicação a que vier a chegar. Passa-se exatamente isso quando um linguista apresenta também formação mínima em Psicologia, em Neurologia e quiçá em Sociologia, já para não falar em estatística e em metodologia de investigação. A alusão a esta diversidade disciplinar, que objetiva complementar-se, traduz bem o cunho complexo da linguagem quando esta for objeto de um estudo explicativo que vá às raízes dos desempenhos verbais de sujeitos reais em contextos concretos, na trilha do que advoga Slama-Cazacu (2007).

Não sinta o leitor que, com as considerações traçadas, não se encontra preparado para fazer pesquisa em linguagem, em consequência disso, se anteveja excluído de empreender o estudo que queira efetuar. Ninguém pretende afastar nenhum pesquisador do projeto que traçou com tanto empenho para concretizar num futuro mais ou menos dilatado.

As observações lançadas têm antes como desígnio mostrar a riqueza da linguagem e o fascínio que desencadeia o seu estudo na perspectiva de uma ciência – a PL – que abraça várias áreas e que não abdica de ser rotulada de científica por obra do método que perfilha. Os comentários apresentados poderão inclusive despertar uma abertura de horizontes que conduza ao entusiasmo por outras disciplinas. Tudo isto porque não se trata apenas de descrever a língua, mas ante de explicar o processamento da linguagem nas suas diversas manifestações em prol de uma abordagem rigorosa e provida de toda a legitimidade científica.

A ser assim, a adição de mais algumas notas ao que foi apontado não deve dar azo a qualquer atitude de espanto. Para o efeito convoca-se, nesta altura, o parecer de Pinto

(1990). É entendimento deste académico que uma disciplina é tida como científica de acordo com o modo como os pesquisadores seguirem as etapas do método científico. Essas etapas são desdobradas, como prossegue o autor, da seguinte forma: “definição do problema”, “formulação do problema”, “formulação de uma hipótese”, “uso de controle experimental adequado”, “obtenção rigorosa dos dados”, “análise dos dados de forma a comprovar ou rejeitar a hipótese formulada” e modificação dos conhecimentos com vista “a acomodar as novas descobertas” (PINTO, 1990, p. 69-72). Tomada a pesquisa neste prisma, ainda segundo a mesma fonte, a experimentação pode encontrar-se devidamente definida em Zimney (1961, p. 18, citado por Pinto, 1990, p. 74), que a caracteriza como sendo: “«a observação objectiva dos fenómenos que são forçados a ocorrer numa situação rigorosamente controlada, e em que um ou mais factores são manipulados enquanto os restantes são controlados ou mantidos sob condições constantes»”.

O recurso a especialistas da área da metodologia de investigação e da estatística

Casual não será, por isso, que haja muitas vezes necessidade de pedir auxílio a especialistas de metodologia e de estatística quando se realiza pesquisa em PL, sempre que quem a pratica não tem formação bastante na área. Quando a sorte está pelo lado do pesquisador, é possível encontrar um psicólogo com capacidade de colaborar em ambas as vertentes. Essa coincidência não é rara. Acrescenta-se mesmo que, por vezes, recorre-se a uma coorientação nessas matérias aquando da realização de dissertações de mestrado ou teses de doutoramento. E pode ainda dar-se o caso de o plano de estudos dos cursos frequentados já contemplar unidades curriculares nesses domínios e os estudantes já possuírem alguma bagagem que lhes permita o traçado de um desenho de estudo perfeito e uma análise precisa e rigorosos dados obtidos. Não deixa, todavia, de ser inusitado pedir conselho a quem domine bem esses conteúdos, o que explica que

surja com frequência essa menção nos agradecimentos que acompanham as dissertações e as teses.

Não existe razão para intimidações, autores de nomeada também se aconselham e não se sentem inferiorizados com essa conduta. No caso dos artigos, capítulos de publicações, ou livros, a coautoria é uma boa solução para abrigar a colaboração entre estudiosos especializados em diversas áreas que se complementem em determinadas pesquisas.

A abordagem a adotar e o uso de instrumentos

No atinente à abordagem, existe, entre outras, a nomotética, para quem se interessa pelo que há em comum nos sujeitos de um grupo, muito usada em Psicologia e disciplinas próximas que se fixam nas médias, e a idiográfica, adequada aos pesquisadores que buscam as diferenças individuais e que enveredam por estudos de um único sujeito, por um “follow-up”, mais comum em clínica.

O subsistema da linguagem que se almeja estudar é, na maioria dos casos, induzido. Se isso não acontecesse, era muito provável que um pesquisador, que recorresse só à observação ou ao método naturalista, sentisse dificuldade em chegar ao que desejava examinar. No intento de agilizar a tarefa, socorre-se, então, de meios mais artificiais, mais “laboratoriais”, que se traduzem em instrumentos como os testes, os questionários e as entrevistas, entre outros, para dessa forma efetuar o levantamento de dados.

Este texto não visa substituir a leitura de um bom compêndio de metodologia de pesquisa, nem tão pouco a sua autora tem formação nessa área. Tem antes como desígnio alertar quem se inicia na pesquisa de uma área, sobretudo aplicada, no âmbito das Ciências da Linguagem, para um ou outro aspeto relevante.

É evidente que o estudante tanto pode servir-se de testes ou questionários para estudar o que anuncia nos seus objetivos, como fazer coincidir o seu objetivo geral com

a concepção de um instrumento de pesquisa: teste ou questionário, por exemplo. Ambas as possibilidades o obrigam a tomar medidas de precaução. Se estiver em causa a aplicação de testes ou questionários, o informante deve ser abordado com a devida deferência, independentemente da idade. Nunca por nunca, deve o experimentador fazer outra atividade qualquer enquanto o informante resolve o problema que lhe foi proposto. Com esse comportamento manifestaria um profissionalismo muito duvidoso. Também não se deve dar a entender ao informante, em nenhuma circunstância, que falhou numa ou noutra questão. Testes existem em que não é permitido colocar o informante duas vezes face à mesma situação para que este não seja levado a pensar que não terá respondido corretamente da primeira vez. Convém, ainda, sempre que possível, que o instrumento seja aplicado pelo mesmo experimentador a fim de se evitarem aplicações com grandes variações entoacionais que podem enviesar os dados. Mais: se não for aplicado sempre pelo mesmo experimentador, deve o responsável pela pesquisa ter a certeza de que as respostas obtidas foram verdadeiras e não forjadas por economia de tempo ou por qualquer outra causa também reprovável. Esta observação é de grande relevância porquanto muitas vezes os dados recolhidos destinam-se a avaliar o instrumento que se está a aplicar. Ademais, a comunidade científica que lerá o estudo depois de publicado espera que este siga os trâmites preconizados em ciência. A gravação das sessões deve, também, ser parte integrante da aplicação do instrumento para que seja possível verificar qualquer pormenor que venha a gerar dúvidas. Para lá disso, o pesquisador/experimentador deve saber ouvir e deve ter a certeza de que o informante entendeu bem o que lhe será pedido.

Imagine-se agora uma sessão de pesquisa da linguagem em idosos que seja precedida da aplicação do teste “Mini Mental State”, destinado a avaliar o estado mental dos informantes. Por muito cuidado que se tenha na aplicação deste teste, por muita simpatia que se nutra pelos informantes, pela melhor atenção que se lhes dedique, quem o aplica não deve ser o experimentador/pesquisador que vai estudar a linguagem do

idoso: objetivo principal do seu estudo. O teste referido tem apenas a finalidade de excluir os participantes mais afetados cognitivamente e que podem com esse perfil trazer ainda maior heterogeneidade ao grupo de estudo. Esta recomendação deriva de se ter constatado que alguns idosos se apercebem, através da aplicação do “Mini Mental State”, de algumas das suas incapacidades e recusam prosseguir a sessão de linguagem com o experimentador que lhes aplicou o teste. Aconselha-se, por consequência, que o teste de avaliação mental dos idosos seja preferencialmente aplicado por um psicólogo e a sessão de pesquisa da linguagem fique por conta do experimentador. Essas pequenas notas são basilares para quem se inicia na pesquisa porque espelham precauções a serem tomadas quando se estuda o ser humano.

Breve apontamento sobre a concepção e a validação dos instrumentos

Quanto à concepção destes instrumentos, eles têm de ser concebidos com uma atenção particular nas potencialidades dos destinatários, na sua idade e na forma como são questionados. Os instrumentos não devem comportar nem questões demasiado fáceis, nem despropositadamente difíceis, conducentes aos conhecidos “ceiling effect” e “floor effect”, respetivamente. Um exame cuidadoso das perguntas por especialistas da área, nomeadamente por linguistas conhecedores da subárea em estudo, e uma leitura atenta do instrumento por quem conhece a população visada, designadamente educadores, psicólogos, psicolinguistas e neuropsicólogos, são imprescindíveis. Deve ainda verificar-se de que forma são recebidas as primeiras versões do instrumento pelos informantes e se este não carecerá ainda de ajustamentos para que tudo se apresente com a clareza devida e não continue a motivar uma ou outra dúvida. Para tal, terá de se recorrer a fases preparatórias com diversos públicos a fim de se vir a obter uma versão final e definitiva.

Os questionários, bem como os testes, obedecem a normas precisas na sua concepção que merecem também a ajuda de um especialista na área quando os

estudantes não tiveram uma preparação que lhes tenha sido facultada por qualquer unidade curricular do plano de estudos do curso que frequentaram. A este propósito aconselha-se a leitura de Darley e Spriestersbach (1978), especialmente dedicado a métodos de diagnóstico em patologia da fala.

Relativamente à validação de um instrumento, destinada a mostrar estatisticamente que o teste mede efetivamente o que propõe, com o grau de confiança necessário, um pouco na senda de uma psicometria, corresponde a uma tarefa trabalhosa, demorada, de cunho novamente transdisciplinar e que demanda uma grande responsabilidade. Afigura-se este passo de um projeto com esse intuito uma empresa porventura demasiada complexa para ser executada só por uma pessoa, o que não facilitará a sua realização no tempo regular exigido para concluir designadamente uma dissertação. Observe-se que estão, de novo, em causa os objetivos do estudo e a fase do percurso que marcou o arranque da pesquisa.

Terá também importância chamar a atenção para a necessidade de qualquer instrumento de medição ser calibrado de quando em quando, dado que as medições podem vir a alterar-se com o tempo e, no que concerne à psicometria ou similar, de geração para geração. A este respeito, traz-se a terreiro o “efeito Flynn”, ou seja, os ganhos verificados no século XX, em matéria de QI, de uma geração para outra (FLYNN, 2009, p. 1-2). Tal não se passará seguramente apenas com o WISC, posto que existe toda a probabilidade de a experiência também vir a alterar os resultados obtidos com outros instrumentos. Terá sido Neisser que terá feito alusão à experiência, como se pode ler numa notícia de jornal da autoria de Nuno Crato (1997): “Neisser argumenta **«que há diferentes formas de experiência e que elas se desenvolvem com diferentes tipos de experiência»**. Somos de facto **«muito mais espertos do que os nossos avós no que respeita à análise visual, mas não no que respeita a outras formas de**

inteligência»⁵. Em relação à avaliação dos desempenhos verbais não se pode dizer que algo de idêntico não se passará em função da hipotética modificação dos inputs a que o sujeito está exposto, do aumento de nível de escolaridade, da continuada exposição às redes sociais em constante inovação, de prováveis variações alimentares e do envelhecimento populacional, entre outros. Há, pois, que se dar uma atenção especial a estas variáveis quando se avaliam desempenhos ao longo dos tempos.

Nota final

A despeito de tudo o que foi discorrido neste texto, deve ficar muito claro que a linguagem e tudo o que se relaciona com a sua pesquisa também possui atrativos e momentos gratificantes que contrastam, como acontece noutras situações, com desencantos que possam ocorrer ao longo do seu percurso, por vezes longo, que nem sempre facilitam a vida de quem a concretiza, podendo originar estados de ansiedade. Terá, portanto, o pesquisador/estudante de considerar os episódios mais negativos que possa viver obstáculos que o preparam para “voos” que lhe trarão grande satisfação e que o farão olhar para trás sem qualquer amargo de boca, mas sim com gratidão. O processo de aprendizagem, que não conhece idades, é deveras sinusoidal. Umas vezes, tudo se processa com a maior normalidade e os resultados saltam de imediato aos olhos, suscitando inclusive euforia; outras vezes, erguem-se barreiras que contribuem, no entanto, para um conhecimento mais exato do objeto de estudo. É que este também oferece resistências a vários níveis, conducentes a adaptações no desenho e procedimentos a seguir que concorram para aperfeiçoar os experimentos.

Quando alguns resultados vierem a surpreender os experimentadores que recolhem dados no terreno, importa ressaltar que qualquer situação experimental é por natureza artificial. Em certa medida, poderá mesmo considerar-se laboratorial. Isto

⁵ Sublinhado a negrito no original.

porque recorre a instrumentos elaborados academicamente com o desígnio de conhecer com mais profundidade o que se passa no plano do processamento da linguagem (compreensão, produção ou repetição), tanto oral como escrita, com um interesse acrescido em certos projetos pelo que se passa na leitura, bem como na consciência relativa a diferentes subáreas da linguística. Em contextos reais, podem os mesmos experimentadores não se dar nunca conta do que presenciam em situações experimentais, o que faz pensar com mais fundamento no papel do contexto, tão sublinhado e debatido por Slama-Cazacu.

Quantas vezes os instrumentos de avaliação da linguagem aplicados aos sujeitos, talvez com mais visibilidade quando se está perante uma população constituída por crianças, motivam respostas que só encontram explicação em domínios que não o da Linguística “tout court”, provocando possíveis interpretações erróneas por desconhecimento do que verdadeiramente subjaz aos desempenhos verificados.

Quem pesquisa a linguagem no ser humano tem de ter bem presente que está face a um ser que tem de ser visto num todo. Não se trata de um ser isolado do mundo e só dotado de uma forma de comunicar, a linguagem, vista como um veículo de transmissão impermeável a quem o comporta e a outras condicionantes. Acontece que a linguagem, como se lê no título deste texto, constitui um complexo disciplinar que requer exigências metodológicas próprias de acordo com as situações experimentais, e que merece pesquisadores interessados e conscientes de que não podem admitir que basta uma formação com paginável com uma “visão de túnel”. A extremidade estreita do telescópio tem de estar bem junto da vista do pesquisador para que a linguagem seja vista de modo enquadrado.

Pesquisar não vive só da imaginação. Socorre-se também e muito da transpiração. Assim, resta acrescentar que os estudantes que decidem avançar nessa via têm de estar ao corrente do que já existe. Terão de ser leitores atentos. A pesquisa até pode começar por aí. Só virá a ser um bom pesquisador aquele que soube estar atento aos passos dados

pelos seus pares ou por membros da comunidade científica que vier a integrar. A leitura do que está escrito na área a estudar e a troca de impressões com pesquisadores que tenha a sorte de ter por perto contribuem sem qualquer equívoco para um percurso de pesquisa que se augura compensador.

Motores também incondicionais para sucesso na carreira de um pesquisador que manifeste contínua motivação serão solidez de formação, seriedade, rigor, honestidade, qualidades humanas e a dose bastante de curiosidade.

A todos os que a estão a iniciar um projeto de pesquisa ou que já se encontrem em processo de o concretizar, só lhes podem ser endereçados os melhores votos. Estejam certos de que fizeram uma boa opção de vida.

Que esta obra seja de leitura proveitosa e lhes abra muitas pistas no presente e no futuro são os desígnios de quem para ela contribuiu.

Referências

CRATO, Nuno. Cada dia mais inteligentes... Os resultados dos testes de inteligência têm vindo a subir espectacularmente em todo o mundo. Tratar-se-á de um artifício estatístico ou de uma insuficiência dos instrumentos de medida? *Revista do semanário Expresso*. Ciência, 12 de dezembro de 1997, p. 102-103, 1997.

DARLEY, Frederic; SPRIESTERSBACH, D. C. *Diagnostic methods in speech pathology*. Second edition. New York: Harper & Row, Publishers, 1978.

DAVIES, Allan. *An introduction to applied linguistics. From practice to theory*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

FLYNN, James R. *What is intelligence? Beyond the Flynn effect*. New York: Cambridge University Press, Paperback edition, 2009.

GRAFF, Gerald; BIRKENSTEIN, Cathy. *They say // I say. The moves that matter in academic writing*. Second edition. New York, London: W. W. Norton & Company, Inc., 2010.

HYLAND, Ken. Hedges, Boosters and lexical invisibility: noticing modifiers in academic texts. *Language awareness*, v. 9, n. 4, p. 179-197, 2000.

LIBRA, Judy. *How to write a paper. Introduction to scientific work seminar, Module 6*. International Study Course Environmental and Resource Management. Brandenburg Technical University Cottbus, Germany, 2001.

MARINO, José Antonio. *Teoria da inteligência criadora*. Lisboa: Editorial Caminho, 1995.

MURRAY, Neil. *Writing essays in English language and linguistics. Principles, tips and strategies for undergraduates*. New York: Cambridge University Press, 2012.

NWOGU, Kevin Ngozi. The medical research paper: Structure and functions. *English for Specific Purposes*, v. 16, n. 2, p. 119-138, 1997.

PINTO, Amâncio da Costa. *Metodologia da investigação psicológica*. Porto: Edições Jornal de Psicologia, 1990.

PINTO, Maria da Graça Castro. *Nos bastidores da iniciação ao mundo da escrita. Do CALE à intervenção e pressupostos de ordem cognitiva e neurológica*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Centro de Linguística da Universidade do Porto, 2017.

SKELTON, John. The representation of truth in academic medical writing. *Applied Linguistics*, v. 18, n. 2, p. 121-140, 1997.

SLAMA-CAZACU, Tatiana. *Langage et contexte. Le problème du langage dans la conception de l'expression et de l'interprétation par des organisations contextuelles*. The Hague, The Netherlands: Mouton & Co., Publishers, 1961.

SLAMA-CAZACU, Tatiana. *Psicolingüística aplicada ao ensino de línguas*. Tradução de Leonor Scliar-Cabral, São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1979.

SLAMA-CAZACU, Tatiana. Psycholinguistics, where to in the 21st century? In: ARABSKI, Janusz (Ed.). *Challenging tasks for psycholinguistics in the new century*. Katowice: University of Silesia, Oficyna Wydawnicza, 2007, p. 77-85.

VOCATE, Donna R. *The theory of A. R. Luria. Functions of spoken language in the development of higher mental processes*. Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers, 1987.